

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.952 - SP (2019/0196455-0)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : DOUGLAS FERREIRA PEREIRA
ADVOGADO : SAULO BONAT DE MELLO - PR024636
AGRAVADO : LOCALFRIO S/A ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS
ADVOGADOS : THIAGO TESTINI DE MELLO MILLER - SP154860
ALINE BAYER DA SILVA E OUTRO(S) - SP330606

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por DOUGLAS FERREIRA PEREIRA contra decisão monocrática proferida pela Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial, ante a ausência de impugnação do motivo da decisão de inadmissibilidade do recurso especial consistente no descabimento na deficiência da fundamentação por ausência de indicação de dispositivo legal violado, óbice da Súmula 284/STF e ausência de similitude fática do dissídio jurisprudencial suscitado (e-STJ, fls. 981-982).

Em suas razões recursais (e-STJ, fls. 985-1.095), a parte agravante alega o equívoco da decisão ora agravada, sob o argumento da impossibilidade de negativa de seguimento com base em motivo que não foi adotado pela decisão agravada e na interposição com base em violação da lei federal. Assevera que o único motivo da decisão agravada foi a aplicação da Súmula 284/STF, o qual foi devidamente impugnado nas razões de agravo.

Impugnação apresentada às fls. 1.098-1.110 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

Afiguram-se relevantes as alegações do presente recurso. Desse modo, **em juízo de reconsideração**, conheço do agravo do art. 1.042 do CPC/2015 e passo a analisar o recurso especial.

Trata-se de recurso especial interposto, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Pretensão de vizinho do terminal alfandegário explorado pela ré, por conta de um incêndio que teria liberado gás tóxico e altamente corrosivo na

atmosfera. Sentença de improcedência. Apela o autor alegando cerceamento de defesa; responsabilidade objetiva da ré; pertinência da fixação de indenização por danos morais, em razão dos danos causados ao meio ambiente e a terceiros; os danos ocasionados pela ré são públicos e notórios; necessidade de reparação integral dos danos ambientais e ambientais reflexos.

Descabimento.

Cerceamento de defesa. Inocorrência. Reconhecimento da discricionariedade do magistrado quanto à decisão da pertinência da realização de determinada prova. Prova pretendida nem sequer declinada. Dilação probatória que se prestaria apenas para retardar a solução da lide.

Indenização por danos morais. Inexistência de demonstração da forma que o acidente teria afetado negativamente a vida do autor (art. 373, I, CPC). Autor não comprovou haver necessitado de socorro médico, tampouco que se encontrava naquela localidade na ocasião do acidente. Demonstração da adoção das providências necessárias por parte da ré. Falta de prova do dano e do nexo causal que inviabiliza a fixação de indenização.

Recurso improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 824-826 e 874-876).

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente alegou violação dos arts. 319, 355, 356, 361, 369, 370, 372 e 374 do CPC/2015; 927, parágrafo único, do CC; e 4º e 14, § 1º, da Lei 6.938/1981, defendendo o seguinte: *a)* a ocorrência de cerceamento de defesa, diante do julgamento antecipado da lide e da consequente impossibilidade de produção de provas; e *b)* a caracterização de danos morais indenizáveis, por violação ao seu direito de moradia, trabalho e de sadia qualidade de vida, em decorrência da responsabilidade objetiva da parte contrária pelos danos ambientais, da inalação de gases reconhecidamente tóxicos e da desocupação compulsória de sua residência.

Contrarrazões apresentadas às fls. 881-898 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem manteve a sentença de improcedência da ação de indenização ajuizada pela parte ora recorrente em desfavor da recorrida, afastando as alegações de cerceamento de defesa e de caracterização do dano moral, nos seguintes termos, sem grifos no original (e-STJ, fls. 599-600 e 825-826):

Improcedem as razões recursais.

Inexiste o aventado cerceamento de defesa, por ausência de fase instrutória, porquanto a temática declinada na inicial prescinde de produção de provas, além dos documentos que foram acostados aos autos.

O julgamento antecipado encontra esteio no art. 355 do Código de Processo Civil, sendo aplicável nas hipóteses de revelia e naquelas em que a questão de mérito é unicamente de direito ou, sendo de direito e de fato, não haja necessidade de se produzir prova em audiência.

Ao juiz, como destinatário das provas, cabe a decisão sobre a conveniência e necessidade de sua realização, de acordo com a discricionariedade que lhe é conferida. Havendo provas suficientes para formar o convencimento, o julgamento deve ser proferido, aplicando-se a Teoria da Causa Madura. Incidentes os preceitos estampados nos artigos 370 e 371 do CPC.

Longe de configurar cerceamento de defesa, o julgamento antecipado homenageia o princípio da economia processual, permitindo célere prestação da tutela jurisdicional às partes e à comunidade, evitando desnecessária instrução e reduzindo os custos do processo.

Ademais, segundo se depreende, o autor sequer declinou que prova pretenderia produzir, capaz de modificar o deslinde da demanda, de modo que a dilação probatória somente se prestaria a retardar a solução da lide, circunstância que se mostra inadmissível.

Quanto ao mérito, em que pesem as ponderações do autor, o fato é que não se desincumbiu de demonstrar de que forma o acidente ocorrido nas dependências da ré teria lhe afetado negativamente, nos termos do art. 373, I, CPC, provas essas que deveriam ter sido acostadas juntamente com a inicial.

Com efeito, o apelante não demonstrou ter necessitado de socorro médico em razão do ocorrido, nem sequer de que estava naquela localidade no momento do acidente.

A ré, em contrapartida, demonstrou haver adotado todas as providências necessárias à contenção do acidente (f. 166/218, 219/292 e 293/297), circunstância corroborada pelo próprio autor, que declinou a adoção de medidas por parte do Poder Público (f. 02/03).

Apesar do dano ambiental, inexistente demonstração de que esse fato atingiu negativamente a vida do autor (nexo causal) a ponto de lhe causar transtornos passíveis de indenização (dano).

Desta forma, ausente comprovação de dano, bem como do nexo causal, essenciais à fixação da indenização pretendida, a manutenção da sentença se impõe. Aliás, a questão já foi

apreciada por esta Corte, recebendo os seguintes pronunciamentos:

(...)

Neste sentido, não bastaria a realização da prova oral, a fim de atestar a ocorrência do acidente, mas sim de prova técnica capaz de demonstrar como o acidente teria afetado negativamente a vida da autora, prova essa não requerida de forma específica.

O requerimento genérico de prova não é capaz de embasar o seu deferimento, sob pena de se postergar indevidamente a demanda, em prejuízo aos princípios da celeridade e economia processual.

Assim, o entendimento do acórdão atacado está em consonância com a jurisprudência desta Corte, na medida em que *"não há cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide que, de forma fundamentada, resolve a causa sem a produção da prova requerida pela parte em virtude da suficiência dos documentos dos autos"* (AgInt no AREsp 1.177.785/PR, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 6/12/2018).

Noutro vértice, é impossível o conhecimento da pretensão recursal relativa à configuração dos danos morais, porque a revisão da conclusão do Tribunal de origem sobre a inexistência de dano concreto pelo evento não prescindiria do reexame direto das provas dos autos, inclusive daquelas apontadas pela parte recorrente, providência manifestamente proibida nesta instância, nos termos do óbice da Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, em juízo de reconsideração, **conheço do agravo do art. 1.042 do CPC/2015 para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator